Portaria nº 08 De 31 de outubro de 1995

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que, em decorrência da inspeção permanente do serviço dos Excelentíssimos Promotores de Justiça pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça (art. 19, § 2º, da Lei nº 8.625, de 12/02/93), tem chegado ao conhecimento da Corregedoria-Geral a constatada falta de interposição de recursos, na área criminal, ainda quando são observados, nas sentenças, erro material na fixação da pena e evidente inadequação aos termos da denúncia;

CONSIDERANDO que a independência funcional não justifica a inobservância dos princípios que regem a atuação dos Membros do "Parquet", como autores da ação penal pública;

RECOMENDA que, em casos de erro material na fixação da pena ou de inadequação da sentença aos termos da denúncia, seja interposto o competente recurso, possibilitando aos Tribunais o reexame da matéria objeto da impugnação.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1995

ROBERTO ABRANCHES
Corregedor-Geral do Ministério Público